

JORNAL



meionorte

TEMPERATURA: Máxima: 37°
Mínima: 21°

ANO XXII - Nº 9125 - TERESINA (PI), TERÇA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2017

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

CODEVASF

A Codevasf firmou nesta semana, em Brasília, contrato que permitirá a elaboração do diagnóstico de recursos hídricos da bacia do rio Parnaíba – situada nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. O investimento será de aproximadamente R\$ 1,5 milhão.

Coluna Sua Cidade. Página 5

TERÇA

22 DE AGOSTO DE 2017 | TERESINA - PIAUÍ | ANO 29 - Nº 11.179 | R\$ 2,00 - OUTROS ESTADOS R\$ 3,50

DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

SAARA

Durante três horas, a desertificação que ocorre no Sul do Estado foi debatida por especialistas na área ambiental e representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário piauienses. A audiência pública realizada no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) fez uma análise das causas e danos que provocam a degradação ambiental.

EM 2018

Os participantes da audiência pública sobre a desertificação no Sul do Piauí chegaram a conclusão de que a partir do diagnóstico da situação deve-se definir políticas públicas e buscar formas de enfrentar e superar a questão do deserto piauiense. Ainda bem que chegaram a essa conclusão, após décadas de deserto em Gilbués. Antes tarde do que nunca.

CONVIDADOS

Os presidentes da Assembleia Legislativa, do TCE e do Tribunal de Justiça, representantes do governo estadual, do Ministério Público, da OAB e da Associação Piauiense de Defensores Públicos foram convidados pela defensora-geral, Hildeth Evangelista, para participarem da audiência pública.

Coluna Ponto Final. Página 5

DududoPT

Júri.

O vereador protocolou um pedido de audiência no Ministério Público Federal.

Foi para solicitar a entrada do órgão em uma investigação.

Sobre o “possível” desvio de finalidade dos recursos do Fundo de Desenvolvimento pela Educação (Fundef) pela prefeitura de Teresina.

O recurso é de R\$ 229 milhões.

Coluna Magalhães. Caderno Cidades. Página 2

Combate a desertificação pode fazer parte da prestação de contas dos gestores



Imprimir



Confira também

[Audiência debate problema da desertificação no sul do Piauí](#)

[Piauí terá projeto piloto de ação contra a desertificação](#)

[Dilma sanciona Política de Combate à Desertificação](#)

[Codevasf já recuperou 15km de voçorocas na cidade de Gilbués](#)

O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente, anunciou que irá propor ao Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, o monitoramento de políticas públicas de combate à desertificação, como fator de repercussão no julgamento das prestações de contas dos municípios. Na manhã desta segunda-feira (21), autoridades do Judiciário e especialistas na área ambiental debateram durante mais de três horas o problema da desertificação no Sul do Estado durante audiência pública.

O objetivo era analisar as causas e os danos provocados pelo processo de degradação ambiental e, a partir desse diagnóstico, definir políticas públicas e buscar soluções para enfrentar e superar o problema. A proposta do promotor deverá ser apreciada pelo pleno ainda este ano.

Anúncio fechado por Google

Denunciar este anúncio

Anúncios Google

O tema central da audiência foi o crescente processo de degradação ambiental na região de Gilbués (816 quilômetros ao sul de Teresina), que possui a maior área contínua de deserto no país. São mais de 7 mil quilômetros quadrados de área afetada pela desertificação, abrangendo 15 municípios no total. Plínio Valente afirmou ainda que irá recomendar aos gestores do Estado e dos municípios previsão orçamentária específica para ações de controle da desertificação e que a Rede de Controle fiscalize e avalie, a partir de 2018, a aplicação desses recursos e o impacto nas áreas beneficiadas.

O presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, agradeceu a participação dos presentes e disse que o Tribunal defende que os municípios priorizem ações na área ambiental, especialmente com o planejamento de medidas que ajudem no controle do problema.

A audiência foi proposta pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Plínio Valente, e presidida pela conselheira Lilian Martins, que preside a Comissão de Sustentabilidade do TCE-PI. Participaram conselheiros do TCE-PI, representantes do Governo do Estado, Justiça Federal, do Ministério Público Estadual, da Controladoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral da União no Piauí, Exército Brasileiro, Ministério Público Federal, Tribunal de Justiça, Universidade Federal do Piauí, Associação Piauiense de Municípios (APPM), dentre outros.

A presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Contas (CNPGC), Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, do MPC-DF, e os procuradores Enio Pimenta (MPC-AL), Jairo Cavalcante Vieira (MPC-MA), José Aécio Vasconcelos Filho (MPC-CE), Sheyla Barreto (MPC-PB) e João Augusto Bandeira (MPC-SE) também participaram, além de dirigentes de órgãos como Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e entidades como o Instituto Desert.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/254553/combate-a-desertificacao-pode-fazer-parte-da-prestacao-de-contas-dos-gestores>



Instituições se reúnem no TCE para combater desertificação no Sul do Piauí

MAIS INFORMAÇÕES |



Bom Dia Piauí. TV Clube. 21/08/17. Link com vídeo: <http://g1.globo.com/pi/piaui/bom-dia-piaui/videos/t/edicoes/v/instituicoes-se-reunem-no-tce-para-combater-desertificacao-no-sul-do-piaui/6092073/>

TCE investiga 'rombo milionário' em convênio da Sesapi

O controlador Nuno Kauê esclareceu que antes do convênio ser assinado, a própria Procuradoria Geral do Estado havia emitindo parecer para que fossem sanadas algumas irregularidades.

BÁRBARA RODRIGUES

22/08/2017 © 08h41 - atualizado © 08h50



Foto: GP1



Lima da Creche

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), por meio do controlador Nuno Kauê dos Santos Bernades Bezerra, encaminhou ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) as irregularidades que foram encontradas na Tomada de Contas Especial instaurada com o objetivo de investigar dano ao erário público no valor de R\$ 1.445.758,23 milhão decorrente de Convênio de nº 119/2014 firmando entre a Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi) e a Fundação Centro de Apoio ao Menor Carente (FCAMC). O conselheiro Luciano Nunes é o relator.

O convênio foi firmado de 19 de dezembro de 2014 com vigência até o dia 19 de julho de 2015. Todo o valor foi liberado em uma única parcela no dia 26 de dezembro do ano de 2014, cinco dias antes do então governador Zé Filho (PMDB) sair do governo. Logo após receber o dinheiro, a Fundação realizou muitos pagamentos nos dias 29 e 30 de dezembro ainda na gestão de Zé Filho.

O objetivo do convênio era a realização de “palestras, oficinas e atividades esportivas que são fundamentais para a saúde da criança, jovem e idosos, pois ajudam no crescimento, fortalecem os ossos, enrijecem a musculatura, favorecem o desenvolvimento psicomotor e a integração social”.

Segundo ofício encaminhado pelo controlador, em 29 de junho desse ano, o convênio foi fechado entre o ex-secretário de Saúde, José Fortes, e o presidente da FCAMC, Raimundo Lima, mais conhecido como Lima da Creche. O convênio foi fechado no valor de R\$ 1.100.000,00 milhão, mas o valor atualizado com a devida aplicação de juros ficou no montante de R\$ 1.445.758,23 milhão. O ex-secretário Francisco Costa ao assumir a pasta determinou a realização da Tomada de Contas.

Convênio n.º 119/14	
Dados	Descrição
Concedente:	SESAPI
Gestor à época:	José Fortes – Secretário
Conveniente:	Fundação Centro de Apoio ao Menor Carente (FCAMC)
Dirigente:	Raimundo Gomes de Lima
Objeto:	Realização de palestras, oficinas e atividades esportivas que são fundamentais para a saúde da criança, jovem e idosos, pois ajudam no crescimento, fortalecem os ossos, enrijecem a musculatura, favorecem o desenvolvimento psicomotor e a integração social.
Valor do Convênio:	R\$ 1.100.000,00
Concedente:	R\$ 1.100.000,00
Contrapartida do conveniente:	R\$ 0,00
Data da Assinatura:	19/12/2014
Data da Publicação:	19/12/2014
Data do Fim da Vigência:	19/07/2015

Pagamento para empresa que “não existia”

A FCAMC fazia a contratação de serviços para a realização dessas atividades. A CGE encontrou irregularidades em duas empresas contratadas. Uma delas é com a A R 3 Comércio e Serviços Ltda ME, onde foi encontrada uma nota inidônea de outubro de 2015.

Também foram encontradas 16 notas fiscais emitidas pela empresa Empreendimentos Cerqueira, de Cnpj nº 15.023.38410001-35, que são inidôneas, ou seja, não possuem valor fiscal, pois nenhuma delas é uma Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFES) instituída pela município de Timon. Além disso, consta nos documentos a data de impressão da nota em abril de 2011, mas a empresa só foi criada em 2012.

“Cumprir informar que em inspeção não foi possível localizar a existência física da empresa nos endereços constantes nas notas fiscais e nos recibos apresentados. Diante dos fatos relacionados neste item, conclui-se que as notas fiscais inidôneas foram apresentadas com o intuito de ludibriar a Administração Pública Estadual. Nessa esteira, a comprovação da despesa fica comprometida, não podendo a Administração aferir o seu efetivo cumprimento. Ainda, consideram-se os fatos relatados como irregularidade de natureza grave, ensejando a consequente reprovação das despesas, bem como as responsabilizações administrativas, civis e penais por tal conduta”, explicou o controlador Nuno Kauê.

Comprovantes de despesas inadequadas

A R 3 Comércio e Serviços Ltda ME foi contratada para apresentar equipe para palestras e oficinas envolvendo entre os profissionais: pedagogos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas e nutricionistas. Sendo que a quantidade de horas-aula pagas descritas nas notas fiscais foram de R\$ 1 mil para cada especialidade, com exceção de psicólogo que foram R\$ 2 mil. Nesse caso, a fundação não conseguiu comprovar a realização de todas as horas pagas, que totalizaram 16h55.

Só para a alimentação dos palestrantes, por cinco dias do evento, foram gastos R\$ 15.200 mil, mas não foi informada nem mesmo a quantidade de palestrantes para justificar o gasto.

Conforme o processo de prestação de contas, o recurso foi utilizado para pagamento das notas fiscais e as despesas listadas abaixo:

Nº NF	Data	Emitente	Valor (R\$)
05	30/12/2014	AR3	335.000,00
06	30/12/2014		360.000,00
08	30/12/2014		20.200,00
42	20/08/2015		35.760,00
1267	08/01/2015	EMPREENDIMENTOS	7.000,00
1260	29/12/2014		40.000,00
1261	29/12/2014		20.000,00
1262	30/12/2014		40.000,00

Handwritten signature and initials
2

1264	30/12/2014	CERQUEIRA	80.000,00
1276	03/02/2015		3.200,00
1277	04/02/2015		5.000,00
1279	09/02/2015		10.000,00
1269	19/01/2015		50.000,00
1270	19/01/2015		15.000,00
1271	20/01/2015		52.566,00
1273	28/01/2015		3.224,00
1274	29/01/2015		3.000,00
1275	30/01/2015		10.390,00
1280	12/02/2015		8.000,00
1281	20/02/2015		2.000,00
Tarifas Bancárias			
Cheque avulso			250,00
Mens. OUROCAP			40.000,00
TOTAL			1.140.884,77

Pagamento de notas fiscais

Despesas não previstas

O recurso foi gasto para arcar despesas bancárias, sendo uma mensalidade no Ourocap no valor de R\$ 40 mil, tarifas bancárias no valor de R\$ 294,77, um cheque avulso no valor de R\$ 250.

Ausência de comprovantes de pagamentos

Foram encontradas irregularidades em 17 notas fiscais, onde não foram encontrados os comprovantes de pagamento, muitas ocorridas através de cheque avulso.

Parecer

O controlador Nuno Kauê esclareceu que antes do convênio ser assinado, a própria Procuradoria Geral do Estado havia emitindo parecer para que fossem sanadas algumas irregularidades referentes à origem dos recursos públicos, as razões para liberação total do dinheiro, comprovação de capacidade técnica e pediu a realização de uma seleção pública. Só que nenhuma dessas pendências foram sanadas antes da assinatura do convênio.

Falta de um plano de trabalho

A CGE entendeu que a forma como o dinheiro seria aplicado não foi especificada de maneira correta. "Todas as imprecisões identificadas dificultam a avaliação do plano de trabalho e prejudicam a fiscalização e a verificação do cumprimento efetivo do objeto", afirmou o relatório.

Uso da mesma lista de participação em cursos

Na prestação de contas do Convênio nº 119/14, foi apresentada uma lista de presença com a assinatura dos participantes acompanhada da idade de cada um. A lista tem por título "Projeto Saúde e Esporte: construindo uma vida saudável" com o local de realização na Associação de Mães do Poty Velho. Contudo, a mesma lista foi apresentada na prestação de contas do Convênio nº 114/2014. Identificou-se também que foi apresentado na prestação de contas do Convênio nº 99/2014 o mesmo relatório de atividades referente ao lançamento do "Projeto Saúde, Esporte e Cidadania: Construindo uma vida Saudável".

Conclusão do Relatório

"Diante do exposto, conclui-se que Raimundo Gomes de Lima, encontra-se em débito com a Fazenda Estadual no montante de R\$ 1.445.758,23 milhão", destacou o controlador-geral sobre o dano caso com a realização do convênio.

Foto: Divulgação

Período: 26/12/2014 a 19/06/2017

HISTÓRICO

Data	Evento	D/C	Valor
26/12/2014		D	R\$ 1.100.000,00

RESUMO

Saldo do débito (incluindo variação da SELIC) em 19/06/2017 R\$ 1.445.758,23

DETALHAMENTO DO CÁLCULO

- | | | |
|------|--|--------------|
| 001) | Variação da SELIC no período de 26/12/2014 até 19/06/2017, calculada aplicando-se sobre o valor principal (R\$ 1.100.000,00) o coeficiente 0,314326, obtido pela soma dos índices mensais da Selic, desprezando-se a variação do mês 12/2014, adicionado de 1% para o mês de atualização | 345.758,23 |
| 002) | Total Geral - obtido pela soma do Principal (R\$ 1.100.000,00) com a variação da SELIC (R\$ 345.758,23) | 1.445.758,23 |

Detalhe do débito do convênio

Outro lado

Procurado pelo **GPI** na manhã dessa terça-feira (22), Lima da Creche e José Fortes não foram localizados para comentarem o caso. O **GPI** continua aberto para quaisquer esclarecimentos.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-investiga-rombo-milionario-em-convenio-da-sesapi-419468.html>

TCE-PI julga procedente denúncia contra ex-prefeito Valdineide Vieira

O Ministério Público de Contas do Piauí pediu o bloqueio das contas bancárias do município pela falta de prestação de contas até abril deste ano.

VITOR FERNANDES

22/08/2017 @ 07h55 - atualizado 07h55



O Ministério Público de Contas do Piauí pediu o bloqueio das contas bancárias do município Santa Luz, pois até abril deste ano o atual prefeito Cidelton da Cunha Pinheiro não havia enviado documentos que comprovassem a adoção de medidas judiciais em face do ex-prefeito Valdineide Vieira da Silva, para que fosse entregue ao Tribunal de Contas do Estado a documentação que compõe a prestação de contas de 2016.

O ex-prefeito Valdineide Silva apresentou justificativa em tempo hábil, mas o MPC considerou "que a entrega intempestiva dos documentos referentes à prestação de contas, embora necessária, não sana o atraso efetivamente ocorrido e o consequente prejuízo à fiscalização desta Corte de Contas (TCE), comprometendo a realização de suas atribuições constitucionalmente estabelecidas".

O TCE havia determinado o bloqueio das contas do município, mas decidiu pelo desbloqueio quando o ex-gestor apresentou a documentação necessária. Em sua defesa, Valdineide alegou que "todos os balancetes mensais e o balanço geral foram devidamente entregues a esta Corte de Contas, ainda que de forma extemporânea (após o prazo), o que faz com que haja a perda total do objeto da presente representação".

O Tribunal de Contas do Piauí considerou que a entrega da documentação fora do prazo compromete a realização de suas atribuições, especialmente quanto à fiscalização dos recursos públicos para atendimento das demandas sociais, inclusive para análise do exercício de 2017.

O relator do processo, Conselheiro Luciano Nunes Santos, decidiu no dia 14 deste mês pela procedência da representação em face do ex-prefeito Valdineide Silva. Luciano Nunes também decidiu pela não aplicação de multa para determiná-la quando ocorrer a análise da prestação de contas do ano de 2016.

Link: <http://www.viagora.com.br/noticias/tce-pi-julga-procedente-denuncia-contr-ex-prefeito-valdineide-vieira-63317.html>

TCE vai julgar suspensão de contrato do prefeito Venício do Ó

A contratação foi suspensa, em maio, pelo conselheiro Luciano Nunes, por suspeita de irregularidades. Agora os demais conselheiros vão analisar o caso.

RAYANE TRAJANO

22/08/2017 © 07h40 - atualizado 07h40



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar na próxima quinta-feira (24), a se mantém a suspensão do contrato feito entre o prefeito de Pimenteiras, Venício do Ó e o Instituto Legatus. A **contratação foi suspensa, em maio, pelo conselheiro Luciano Nunes**, por suspeita de irregularidades.

O autor da denúncia, vereador Jander Martins, relatou que foi publicado em 09 de março o aviso de licitação na modalidade Tomada de Preços 003/2017, com o objetivo de contratar empresa para realização de concurso público no município. Em 23 de março foi publicado o cancelamento da licitação, pela ausência de publicação em jornal de grande circulação.

De acordo com o vereador, no dia 30 do mesmo mês houve publicação de ratificação de licitação informando que seria realizada no dia 18 de abril às 10:00 h. Jonas Martins disse que esteve no local e na hora da realização da licitação, juntamente com o vereador Antônio Alves Gugia Filho e constatou a ausência de toda a comissão de licitação e de interessados, mas no dia 24 de abril foi publicado o extrato do contrato com o Instituto Legatus.

Foto: Facebook/Antonio Venicio do Ó de Lima Lima



Prefeito Venicio do Ó

Notificado, o prefeito Venício do Ó disse que estava presente no local e na hora prevista para a abertura do certame, juntamente com os membros da comissão, os representantes do membro do Instituto Legatus, a Secretária de Administração e o Engenheiro Fiscal da Prefeitura.

O procurador Plínio Valente, representante do Ministério Público de Contas afirmou que verificou que a publicação realizada no Jornal Meio Norte, no dia 29 de março estava totalmente ilegível, por isso não se pode afirmar que a mencionada publicação faz referência a essa Tomada de Preço.

O procurador opinou pela procedência da denúncia e a manutenção da suspensão do contrato, “uma vez que ficou constatada a irregularidade no procedimento licitatório pelo não cumprimento do requisito de publicidade”.

Link: <http://www.viagora.com.br/noticias/tce-vai-julgar-suspensao-de-contrato-do-prefeito-venicio-do-o-63285.html>

Piauí é pioneiro na criação da Rede de Ouvidorias Públicas

A nova diretoria da rede foi empossada nesta segunda (21) e teve adesão de mais três instituições.



Posse da nova diretoria da (Jorge Bastos)

O governador Wellington Dias deu posse, nesta segunda-feira (21), no Palácio de Karnak, à nova diretoria da Rede de Ouvidorias Públicas do Piauí. Como presidente, tomou posse a ouvidora-geral do Estado, Soraya Castelo Branco; na vice-presidência, a ouvidora do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Maria Nogueira de Sousa Leal; e a Secretaria foi assumida pela coordenadora da Ouvidoria-Geral do Estado, Thaysy Castro.

“O Piauí foi um dos primeiros estados a implantar a ouvidoria e agora é o pioneiro a criar uma corregedoria única, que tem como objetivo melhorar a participação do cidadão nas questões governamentais. Por meio do

número 0800-4000, o cidadão pode ligar e ter uma linha direta, dando resolutividade aos seus problemas”, destacou o governador Wellington Dias.

Na oportunidade, foi assinado um termo que faz com que as concessões das ouvidorias tenham datas previstas para as melhorias. “Esse será um ano de muito trabalho, porque, além de tudo, iniciaremos a criação de ouvidorias municipais com o objetivo de disseminar esse trabalho para todo o estado. Também hoje teve a adesão de novos órgãos, como a Prefeitura de Teresina, a Defensoria Pública do Estado e a Associação Piauiense de Municípios (APPM)”, pontou a ouvidora-geral do Estado, Soraya Castelo Branco.

A Rede de Ouvidorias Públicas foi criada em 2013 com o intuito de promover união e desenvolvimento entre os municípios. “Por meio da Rede de Ouvidorias, você tem a troca de experiências entre os municípios e a possibilidade de ter uma padronização de atendimento. A prioridade é que o cidadão consiga ser bem tratado em todas as instâncias” comentou o ouvidor-geral da União, Gilberto Waller Junior.

Link: <http://www.pi.gov.br/materia/ccom/nova-diretoria-da-ouvidoria-foi-empossada-nessa-segunda-2494.html>

Piauí se torna pioneiro na criação da Rede de Ouvidorias Públicas

A Rede de Ouvidorias Públicas foi criada em 2013.

👍 Curtir 51 mil

Anúncio fechado por Google

Denunciar este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

O governador **Wellington Dias** deu posse, nesta segunda-feira (21), no Palácio de Karnak, à nova diretoria da Rede de Ouvidorias Públicas do Piauí. Como presidente, tomou posse a ouvidora-geral do Estado, Soraya Castelo Branco; na vice-presidência, a ouvidora

do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Maria Nogueira de Sousa Leal; e a Secretaria foi assumida pela coordenadora da Ouvidoria-Geral do Estado, Thaysy Castro.

Mais matérias

Professor é morto a facadas após desentendimento em bar

Comerciante reage, mata assaltante e deixa outro ferido no Piauí

Eclipse irá cobrir o sol completamente nos EUA nesta segunda

Jovem piaulense é assassinado com dois tiros na cabeça em Brasília

Presos caçadores suspeitos de matar vigilante na Serra da Capivara

“O Piauí foi um dos primeiros estados a implantar a ouvidoria e agora é o pioneiro a criar uma corregedoria única, que tem como objetivo melhorar a participação do cidadão nas questões governamentais. Por meio do número 0800-4000, o cidadão pode ligar e ter uma linha direta, dando resolutividade aos seus problemas”, destacou o governador Wellington Dias.



Soraya Castelo Branco toma posse (Crédito: Jorge Bastos/Divulgação)

Na oportunidade, foi assinado um termo que faz com que as concessões das ouvidorias tenham datas previstas para as melhorias. “Esse será um ano de muito trabalho, porque, além de tudo, iniciaremos a criação de ouvidorias municipais com o objetivo de disseminar esse trabalho para todo o estado. Também hoje teve a adesão de novos órgãos, como a Prefeitura de Teresina, a Defensoria Pública do Estado e a Associação Piaulense de Municípios (APPM)”, pontou a ouvidora-geral do Estado, Soraya Castelo Branco.

A Rede de Ouvidorias Públicas foi criada em 2013 com o intuito de promover união e desenvolvimento entre os municípios. “Por meio da Rede de Ouvidorias, você tem a troca de experiências entre os municípios e a possibilidade de ter uma padronização de atendimento. A prioridade é que o cidadão consiga ser bem tratado em todas as instâncias” comentou o ouvidor-geral da União, Gilberto Waller Junior.

Link: <https://www.meionorte.com/noticias/piaui-se-torna-pioneiro-na-criacao-da-rede-de-ouvidorias-publicas-324309>

Caso IDEPI: ex-gestor Elizeu Aguiar e seu advogado estavam no TCE-PI

Curtir 0

Tweet

G+

Compartilhar



O manual para quem quer vencer na vida



(86) 3221-8618 • 3083-0435

Rua Tersandro Paz, 2162 | Teresina - PI

O ex-presidente do Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI), Elizeu Aguiar, estava na sede do Tribunal de Contas do Estado (TCE) na manhã desta segunda-feira (21) para tratar com ao menos um dos conselheiros da Corte de Contas.

O ex-gestor do IDEPI não quis conceder entrevista e deixou claro que vai rebater as acusações nos autos.

Estava acompanhado do seu advogado.

E sentado na frente do gabinete do conselheiro Kennedy Barros.

Já o membro do TCE estava a participar de uma audiência pública sobre desertificação no Piauí e subiu para a sua sala antes que o debate terminasse.

Elizeu Aguiar estava indo tratar sobre o rumoroso e complexo Caso IDEPI.

O relator do caso é Delano Câmara.

Paralelo: STF às Claras...

Em Brasília, o ministro Gilmar Mendes trata com investigados até fora do seu gabinete.

Link: <http://180graus.com/bastidores/caso-idepi-exgestor-elizeu-aguiar-e-seu-advogado-estavam-no-tcepi>

Especialistas e autoridades discutem problema da desertificação no PI

O objetivo era analisar as causas e os danos provocados pelo processo de degradação

 Curtir 0  Tweet  G+  Compartilhar  



Autoridades do Judiciário e especialistas na área ambiental debateram durante mais de 3 horas, durante audiência pública no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), o problema da desertificação no sul do Piauí. O objetivo era analisar as causas e os danos provocados pelo processo de degradação ambiental e, a partir desse diagnóstico, definir políticas públicas e buscar soluções para enfrentar e superar o problema.



Conheça como funciona o 180 por dentro



A audiência foi proposta pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Plínio Valente, e presidida pela conselheira Lillian Martins, que preside a Comissão de Sustentabilidade do TCE-PI. Participaram conselheiros do TCE-PI, representantes do Governo do Estado, Justiça Federal, do Ministério Público Estadual, da Controladoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral da União no Piauí, Exército Brasileiro, Ministério Público Federal, Tribunal de Justiça, Universidade Federal do Piauí, Associação Piauiense de Municípios (APPM), dentre outros.

A presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Contas (CNPGC), Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, do MPC-DF, e os procuradores Enio Pimenta (MPC-AL), Jairo Cavalcante Vieira (MPC-MA), José Aécio Vasconcelos Filho (MPC-CE), Sheyla Barreto (MPC-PB) e João Augusto Bandeira (MPC-SE) também participaram, além de dirigentes de órgãos como Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e entidades como o Instituto Desert.

O tema central da audiência foi o crescente processo de degradação ambiental na região de Gilbués (816 quilômetros ao sul de Teresina), que possui a maior área contínua de deserto no país. São mais de 7 mil quilômetros quadrados de área afetada pela desertificação, abrangendo 15 municípios no total. Ao final da audiência, o procurador-geral do MPC, Plínio Valente, disse que vai propor ao Pleno do TCE-PI o monitoramento de políticas públicas de combate à desertificação como fator de repercussão no julgamento das prestações de contas dos municípios.

Ele disse também que vai recomendar aos gestores do Estado e dos municípios previsão orçamentária específica para ações de controle da desertificação e que a Rede de Controle fiscalize e avalie, a partir de 2018, a aplicação desses recursos e o impacto nas áreas beneficiadas. O presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, agradeceu a participação dos presentes e disse que o Tribunal defende que os municípios priorizem ações na área ambiental, especialmente com o planejamento de medidas que ajudem no controle do problema.

Link: <http://180graus.com/noticias/especialistas-e-autoridades-discutem-problema-da-desertificacao-no-pi>